

Brizola pode apoiar o pacto

por Helena Dalto
de Brasília

O governador do Rio, Leonel Brizola, está disposto a apoiar o pacto político que antecederá a convocação da Constituinte e reconhece a legitimidade do governo do presidente José Sarney. A disposição do governador de negociar o pacto político foi levada ontem ao presidente pelo deputado Bocayúva Cunha (PDT-RJ), que reiterou, todavia, a disposição do PDT de propor eleições diretas no próximo ano, e não em 1988, como quer a cúpula do governo.

"O prazo do mandato presidencial continua sendo nossa única divergência, mas o presidente não é rigoroso quanto à duração do mandato no período de quatro anos. Ele disse que não é um homem ambicioso", contou Bocayúva Cunha. O PDT, segundo o de-

putado, mantém a proposta do mandato de dois anos por entender que esse período é suficiente para o presidente "botar ordem na casa e promover as reformas políticas e institucionais de que o País necessita".

Sua opinião é de que o presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, conduzirá os entendimentos interpartidários para a consolidação do pacto político. O deputado não explicitou o que será negociado pelos partidos, dizendo apenas que "a intenção do pacto se materializa na cabeça dos homens públicos".

REIVINDICAÇÕES PEDETISTAS

Na audiência com o deputado do PDT, o presidente ouviu três reivindicações: o recebimento de "royalties" pelo petróleo da bacia de Campos, a indicação de prefeitos pelo go-

vernador e não pelo governo federal e o controle da TV Educativa do Rio pelo governo do estado.

Sarney concordou com o deputado em que, das três reivindicações, a mais difícil de atender é a terceira, mas prometeu a Bocayúva examinar a matéria. Sobre a nomeação dos prefeitos, o presidente garantiu que o governo federal não interfere mais no setor, deixando para os governadores a indicação dos nomes para ocupar esses cargos nas áreas que foram consideradas de segurança nacional até que novos prefeitos sejam eleitos no pleito de novembro deste ano.

O presidente disse a Bocayúva Cunha que pedirá urgência na apreciação do projeto que tramita no Congresso Nacional, determinando o pagamento de "royalties" aos estados e municípios produtores de petróleo.